

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE A POSSIBILIDADE
DE CONSTITUIÇÃO FAMILIAR POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Aline Cristiane Lemos Ferreira ¹

Luila Tássia Silva Miranda ²

Marlúcia Gomes de Carvalho ³

Centro Universitário do Leste de Minas Gerais

RESUMO: O presente artigo, que trata da percepção dos estudantes de psicologia sobre a possibilidade de constituição familiar por casais homoafetivos, buscou-se verificar a percepção dos acadêmicos sobre essa nova possibilidade e comparar alunos ingressantes e formandos a fim de averiguar se durante a graduação do curso, houve interferência na percepção, acerca dos fenômenos. A amostra foi realizada com cinco alunos do 1º e cinco do 9º período do curso de psicologia do Unileste/MG, em Ipatinga - MG. Para isso, o direcionamento metodológico consiste na pesquisa qualitativa, com uma pesquisa de campo, que tem como instrumento para a coleta de dados a entrevista. Os conteúdos emergidos na investigação são analisados a partir da análise de conteúdo. Os dados apontam que a percepção da maioria dos acadêmicos do 1º período é desfavorável à nova constituição familiar por casais homoafetivos, enquanto a percepção dos alunos do 9º período é favorável. Ao comparar os alunos ingressantes aos alunos formandos,

¹ Professora Orientadora do curso de Psicologia do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UNILESTE/MG. Mestre em Psicologia do desenvolvimento.

² Graduanda em Psicologia do Centro Universitário do Leste de Minas – UNILESTE-MG.

³ Graduanda em Psicologia do Centro Universitário do Leste de Minas – UNILESTE-MG.

percebemos que durante o curso de psicologia houve interferências na percepção dos mesmos.

Palavras-chave: Psicologia. Família. Homoafetivos.

ABSTRACT: This article deals with the perception of psychology students on the possibility of building a family of homoaffectionate couples. We have tried to ascertain the perceptions of the students about this possibility and compare freshmen and seniors to see whether during the course, there was interference in their perception of the phenomena. The research was conducted with five students of the 1st period and five of the 9th period of the psychology course at UnilesteMG in Ipatinga - MG. Therefore, the direction is in qualitative research methodology, with a field research, in which interview is a tool for data collection. The contents emerged in the investigation are analyzed in the research from the analysis of the content. The data suggests that the perception of most students of the 1st period is unfavorable to the new family of homoaffectionate couples, while the perception of students of the 9th period is favorable. When we compare freshman to senior students, we noticed that during the psychology course there was interference in their perception.

Keywords: Psychology. Family. Homoaffectionate.

INTRODUÇÃO

As expectativas em relação à família até hoje, estão impregnadas de idealizações, no qual a família nuclear é um dos símbolos. A maior expectativa é de que ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de

pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida aos seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. Portanto, estas expectativas são possibilidades, e não garantias. Através do movimento de organização-reorganização da família, torna-se visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. Evitando a naturalização da família, precisamos compreendê-la como grupo social, cujos movimentos de organização, desorganização, reorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural (CARVALHO, 2006).

No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Pois vivemos numa sociedade, onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da história. Portanto, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social (SARTI, 2006).

Em função dessas transformações, vem surgindo uma redefinição do modelo de família, passando a agregar novos sujeitos e constituir novos arranjos, dentre eles a união por casais homoafetivos.

Mediante a esses novos arranjos familiares, este artigo teve como objetivo verificar a percepção dos acadêmicos do curso de psicologia sobre a possibilidade de constituição familiar por casais homoafetivos e comparar alunos ingressantes e formandos a fim de verificar se durante a graduação do curso de psicologia, houve interferência na percepção dos acadêmicos, acerca dos fenômenos. E como psicólogos, precisamos estar preparados para lidar com essa demanda, ressaltando que os princípios éticos da nossa profissão requerem uma postura não discriminatória e a promoção de bem estar do sujeito.

É pertinente sinalizar, que o psicólogo é um profissional da saúde e que na sua prática profissional, independentemente da área que esteja atuando, ele é frequentemente envolvido por questões ligadas a sexualidade, sendo preciso uma postura de neutralidade dos seus princípios e valores.

Homossexualidade

O termo orientação sexual se refere à direção do interesse sexual de um indivíduo. Pessoas de orientação sexual heterossexual são sexualmente atraídas por membros do sexo oposto; pessoas de orientação sexual homossexual são sexualmente atraídas por membros do mesmo sexo; e os bissexuais são atraídos por membros de ambos os sexos (MORRIS E MAISTO 2004).

Para Dias (2006), orientação sexual é a identidade pessoal com alguém do mesmo sexo (homossexuais), do oposto (heterossexuais), de ambos (bissexuais) ou de nenhum sexo. A identificação da orientação sexual está condicionada ao sexo da pessoa escolhida em relação à pessoa que escolhe.

Segundo Dorin (1978), homossexualidade é a atração ou relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, tendo impulso e desejos sexuais voltados para uma pessoa do mesmo sexo. O homoerotismo é uma tendência sexual forte em relação à pessoa do mesmo sexo biológico; aparece pouco antes e durante a puberdade, decaindo à medida que vão surgindo os interesses heterossexuais (13-14 anos em diante). Para Cabral e Nick (2001), homossexualidade é a atração sexual ou erótica por uma pessoa do mesmo sexo.

Atualmente nem a teoria biológica, nem a da socialização fornecem explicações totalmente satisfatórias para a origem da orientação sexual, embora não seja o objetivo desse trabalho.

De acordo com os conceitos citados acima por diferentes autores, sobre a definição de orientação sexual, percebemos que todos têm o mesmo parecer sobre o termo. No entanto, seria pertinente ressaltar que segundo Myers (1999), uma grande parte dos psicólogos hoje, consideram que a orientação sexual não se dá através de uma escolha nem de uma mudança. Também não está ligada a qualquer distúrbio psicológico ou crime sexual.

Homossexualismo é uma expressão que se refere ao afeto entre pessoas do mesmo sexo. Para Dias (2006), a expressão homoafetividade é usada para quebrar paradigmas, a fim de não só afastar o uso de termos marcados pelo preconceito, mas muito mais deixar evidenciado de que a origem do vínculo que une os pares, sejam do sexo que forem, é o

afeto. Assim, melhor do que falar em heterossexualidade e homossexualidade é passar a usar os vocábulos heteroafetividade e homoafetividade. Portanto, o nosso artigo contemplará o termo Homoafetividade.

Para a Organização Mundial de Saúde, a homossexualidade não constitui doença, desvio psicológico, nem distúrbio e perversão, sendo uma das livres manifestações da sexualidade humana, ao lado da heterossexualidade. Desde 1993, a OMS excluiu o código 302.0 da sua Classificação Internacional de Doenças (CID-10) o diagnóstico de homossexualismo, afirmando que "a orientação sexual por si não deve ser vista como um distúrbio" (sic – CID 10/1993 – sendo o termo "homossexualismo" incorreto, pois o sufixo "ismo" designa "doença", sendo o correto "homossexualidade", pois o sufixo "dade" significa "modo de ser"). A compreensão de que a homossexualidade é somente um aspecto da vida dos homossexuais, que, por razões ainda desconhecidas, possuem desejo sexual voltado para as pessoas do mesmo sexo, o que não pode servir para lhes retirar ou mesmo diminuir a qualidade e a dignidade de pessoas que são. Para Girardi (2005), a partir dessa exclusão, a homossexualidade passou a ser considerada como uma das múltiplas facetas da sexualidade humana e, por essa razão, a pessoa que segue os ditames da sua sexualidade não pode ter seu valor diminuído na sociedade.

O Conselho Federal de Psicologia (2005), em sua Resolução nº. 01/99, traz normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, no qual, faz considerações sobre a necessidade de não tratar as pessoas que se relacionam efetivamente com outras pessoas do mesmo sexo como doentes, desviantes, imorais, pecadores e/ou problemáticas; buscando sim, a preservação da integridade e do bem-estar moral e social dessas pessoas sem propagar a discriminação e estigmatização quanto as suas práticas de relacionamentos homossexuais.

Percebe-se que os termos homossexualismo, homoafetivo, homoerotismo são sinônimos, suas variações de conceito é determinados por diversos autores.

Família: Definição e Processo Histórico

A organização familiar ao longo do tempo vem passando por diversas transformações, sendo tanto em sua estrutura e função quanto em seu conceito propriamente dito (BILAC, 2006).

Ressaltando que o conceito de família, varia de acordo com a época, com os costumes e os valores que são adotados socialmente, sendo pertinente, fazer um percurso para conhecer as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família, antes de chegar à família contemporânea.

De acordo com Engels (1984), o termo família é uma expressão inventada pelos romanos para definir um novo grupo social que surgiu entre as tribos, caracterizado pela presença de um chefe ao qual a mulher, os filhos e os escravos eram submissos.

Segundo Bourdieu⁴ (1993, citado em UZIEL 2002), família é um conjunto de indivíduos aparentemente ligados entre si, seja pela aliança (o casamento), seja pela filiação, pela adoção (parentesco) e vivendo sob o mesmo teto (coabitação).

Osório (1996) elabora um conceito mais amplo que engloba também as funções e estrutura da família:

Família é uma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais — aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consangüinidade (irmãos) — e que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer - lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais (OSÓRIO, 1996, pág.16).

⁴ BOURDIEU, Pierre (1993) “À propos de la famille comme catégorie réalisée”, Actes de la Recherche em Sciences Sociales, n° 100, décembre.

Baseando-se nas definições citadas acima, é pertinente ressaltar que o conceito de família não é unânime, estando assim, submetido a variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas ou religiosas (OSÓRIO, 1996). Percebem-se diferenças nos conceitos de família, porém todos abordam as relações que existem dentro da mesma e que se trata de um grupo social.

Além das várias definições, a família também passou por diversas transformações ao longo do tempo no que diz respeito a sua organização, seus arranjos familiares e a função exercida pela mesma.

Originariamente havia o que muitos chamariam hoje de promiscuidade, onde eram permitidas relações sexuais entre membros de um mesmo grupo e esta seria conhecida como família consangüínea (OSÓRIO, 1996).

Posteriormente, com a inserção do tabu do incesto na sociedade, surgiu a família punaluaana caracterizada por uniões matrimoniais de membros de grupos diferentes, onde a mãe é referência de descendência (ENGELS, 1984).

Em seguida emergiu a família sindiásmica. Segundo Osório (1996), a transição da família punaluaana para a sindiásmica foi marcada pela coabitação de vários casais, tendo o homem o direito de obter várias mulheres.

Portanto o homem neste contexto, passou a exercer um poder maior dentro da família, e um efeito desta dominação foi o aparecimento da família patriarcal. Engels (1984) destaca que a caracterização de uma família, acima de tudo, não é a poligamia e sim a organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe. Percebe-se então que na família patriarcal, o homem é quem sustentava a família, sendo então o seu provedor e assim exerceu um papel de liderança sobre a mesma.

Surge então família monogâmica, o modelo de família que predomina no Ocidente nos tempos atuais. De acordo com Engels (1984), ela apareceu vinculada à idéia de propriedade, num contexto onde a fidelidade conjugal é mais valorizada e os casamentos eram feitos por conveniência.

Percebe-se então que a família passou por modificações relevantes.

No entanto Beltrão (1970), cita as seguintes funções: função biológica, onde a família tem o papel de transmissão de vida humana; a função econômica, onde a família tem o papel de prover bens materiais; a função protetora, onde a família cumpre a função de dar segurança aos seus membros; a função cultural, onde a família tem o relevante papel de transmissão de conceitos e valores sociais que irão reger sua vida em sociedade; a função estratificativa, onde a família atribui status social e, finalmente à função integrativa na qual a família tem o papel de controle social.

De acordo com a organização familiar, Beltrão (1970) afirma existirem três tipos de famílias: a poligâmica, a extensa e a nuclear. A família poligâmica é composta por dois ou mais núcleos conjugais. Já a família extensa é composta por duas ou mais famílias nucleares, isto é, agrega vários casais, mas não é poligamia. A família nuclear é o tipo básico de família e é o mais comum na sociedade ocidental, portanto também no Brasil. Sendo composta pelo marido, a esposa e os filhos e eventualmente algum parente, membro da família extensa, que possa coabitar com a família como sogros, tios, etc.

Homossexualidade: Uma nova Constituição Familiar na Contemporaneidade

Os novos arranjos familiares, oriundos das mudanças ocorridas na configuração familiar, não devem ser entendidos como uma crise. Uma vez que considerar uma relação afetiva de duas pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, não irá comprometer a estabilidade social, acabar com a família, desestimular casamentos e aumentar a prática homossexual. Apenas permitirá que esse grupo de pessoas deixe de ser marginalizadas (DIAS, 2006).

As transformações nos arranjos familiares vêm acontecendo desde 1960. Tais Mudanças causam impacto sobre as relações estruturais levando a uma redefinição do modelo de família (ROMANELI, 2006).

As mudanças ocorridas na família contemporânea podem ser determinadas por questões culturais, ideológica e políticas. Ressaltando que a busca pela felicidade, foi um dos fatores determinantes para o surgimento de novas famílias, que emergiram vinculadas muito mais

pelo afeto e recusando um modelo excessivamente rígido e normativo de família (DIAS, 2006).

Segundo Beltrão (1970), dentre estas transformações, podem ser citados: a redução do tamanho das famílias; aumento do divórcio e do número de mulheres em atividades profissionais e diminuição da autoridade materna e paterna; diminuição da influência da família extensa onde o pai passou a dividir a responsabilidade de cuidar do filho com a mãe e aumentou o número de crianças em creches; Então família segundo Guedes (2007), deixa de ser compreendida simplesmente como produto das relações sociais, passando a agregar novos sujeitos e constituir novos arranjos, dentre eles a união por casais homoafetivos, no qual enfocaremos nesse trabalho.

Segundo Giddens (1993), tais transformações contribuíram para o surgimento de novas formas de relacionamentos, conjugalidade e parentalidade. Assim, há uma reinvenção dos limites e características que compreendem a concepção clássica de família, baseada num modelo de união entre um homem e uma mulher para fins de procriação e transmissão dos bens (MELLO 2005).

Para Giddens (1993), na contemporaneidade, o casamento não é garantia para uma vida sexual plena, e o objetivo das uniões conjugais já não possui mais como foco a geração de filhos, mas busca-se, além do prazer sexual, uma relação que presume igualdade na doação e no recebimento emocionais.

A nova definição de família, trazida pela constituição Brasileira de 1988, foi uma tentativa de acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade. É de grande relevância deixar bem claro, que apesar de verificar um número significativo de uniões conjugais por pares homoafetivos, a união civil dos mesmos ainda não é legitimada juridicamente no Brasil (COSTA, 2006).

Segundo Mello (2005), os membros das relações conjugais homoafetivos se auto definem como famílias e exigem não apenas o direito à cidadania a nível individual, mas também o direito à constituição de famílias enquanto sujeitos sociais e, portanto, responsáveis pela educação e socialização de filhos, quer biológicos, quer adotivos.

Segundo Uziel (2002), as famílias não são iguais, não existe um modelo de família definido. A família é um processo histórico, ela vai sendo construída de várias formas, recebendo então valores diferenciados.

Portanto, muito tem se discutido sobre as várias transformações dos arranjos familiares. Porém, é válido ressaltar que o processo de construção da família até os dias de hoje, não estão desaparecendo e sim estão se modificando para atender aos avanços da vida moderna, acompanhando assim, as transformações vividas pela sociedade.

Formação em Psicologia

A psicologia é uma ciência, uma área do conhecimento que estuda os comportamentos humanos, as emoções e elabora estudos profundos sobre os pensamentos (BOCK, 2002).

Segundo a autora, a identidade da psicologia é a que diferencia dos demais ramos das ciências humanas. Considerando-se que cada um desses ramos enfoca o homem de maneira particular. Então a psicologia colabora com o estudo da subjetividade: é esta a sua forma particular específica de contribuição para a compreensão da totalidade da vida humana.

A psicologia proporciona conhecimentos com o objetivo de possibilitar ao ser humano a compreensão do mundo em que vive, e assim, transformá-lo, visando ao seu bem e o da sociedade em que vive.

Para que se obtenha o título de Psicólogo, a pessoa tem que se submeter a uma graduação acadêmica durante um período de cinco anos. Somente dessa forma, estará alcançando o conhecimento necessário e a autorização para atuar como um profissional liberal.

Segundo Bock (2002), deve-se compreender que o aprendizado da psicologia implica o conhecimento de todas as suas possibilidades e contribuições. É consenso que os cursos de Psicologia precisam oferecer uma formação mais plural, que contemple conhecimentos sobre as áreas emergentes em Psicologia e oportunize a atuação em contextos diferenciados de intervenção, pesquisa ou docência.

Mediante a essas considerações, é importante ressaltar que o Psicólogo precisa ter uma formação que amplie seu conhecimento acerca das modificações ocorridas na sociedade contemporânea. Portanto, sendo relevante uma postura de neutralidade onde valores e princípios sejam isentos em sua atuação profissional.

Ressaltando que o código de ética do Psicólogo preconiza que é vedado praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão; e induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.

Metodologia

A amostra pesquisada consistiu em 10 estudantes do curso de Psicologia, sendo 5 do 1º e 5 do 9º período, do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais - Unileste/MG.

A determinação da escolha por esses estudantes do 1º e 9º período, se justificou por ser uma amostra que nos permitiu a comparação da percepção dos alunos que estão ingressando no curso, em relação aos alunos que estão finalizando o seu processo de formação.

Esta pesquisa não incluiu a participação dos estudantes do 10º período do curso de psicologia do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Unileste/MG, devido ao fato de ter sido este o período cursado pelas pesquisadoras no momento da pesquisa. Diversas discussões sobre o tema e sobre os procedimentos foram feitas entre as pesquisadoras e seus colegas de sala antes da realização da entrevista. Logo, a inclusão de estudantes do 10º período possivelmente contaminaria os dados coletados.

Para a coleta de dados, foram utilizadas 10 entrevistas, sendo entrevistados 5 alunos do 1º período e 5 do 9º do curso de psicologia, no qual, foram selecionados voluntariamente pelos mesmos. O roteiro da entrevista foi elaborado previamente, tendo como pressupostos os objetivos da pesquisa. As perguntas para a entrevista são: 1) Como você definiria o

termo orientação sexual? 2) O que é família para você? 3) O que você acha da possibilidade de constituição familiar por casais homoafetivos? 4) Como esse assunto foi abordado ao longo do curso de psicologia? 5) E sua opinião sobre este fenômeno se modificou durante a sua formação?

Foi realizado um estudo piloto com alunos do 10º período, com o intuito de verificar a boa adequação do instrumento, bem como a validade semântica; em seguida, efetuamos o estudo definitivo.

Logo, as pesquisadoras foram até a instituição citada acima, para fazer uma breve apresentação verbal sobre a pesquisa, esclarecendo sobre a necessidade em responder as entrevistas. Em seguida, entregamos a carta de encaminhamento à coordenadora do respectivo curso. Ficou sobre a responsabilidade das pesquisadoras a seleção dos alunos a serem entrevistados e a negociação a respeito do dia e horário para a aplicação do instrumento.

Após a permissão da instituição, as pesquisadoras foram até as salas de aula onde fizeram uma breve apresentação sobre a pesquisa e perguntaram aos estudantes sobre a disponibilidade dos mesmos em contribuir com a pesquisa. Em seguida, as pesquisadoras fizeram à distribuição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos em duas vias, e a realização das entrevistas.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Posteriormente, os dados coletados foram catalogados e separados em categorias para serem analisados através da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1979), este tipo de análise visa obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitam a influência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Por fim, além do respeito para com o sujeito, foram observados os cuidados éticos que regem a pesquisa com seres humanos, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Garantiu-se a participação voluntária, bem como a possibilidade de abandonar o estudo a qualquer momento e o anonimato. As informações coletadas sobre os participantes dizem respeito ao período cursado, além das respostas contidas nas entrevistas. O anonimato e a integridade de todos os participantes foram mantidos, a fim de

se proteger os envolvidos. O consentimento foi firmado através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise e discussão dos resultados

Os resultados e as discussões desta pesquisa serão apresentados a seguir a partir de tópicos que contemplam os objetivos propostos, são eles: definição de orientação sexual, definição de família, posicionamento em relação à nova constituição familiar por casais homoafetivos, abordagem no curso de Psicologia sobre os temas homoafetividade e família e interferência do curso de Psicologia na percepção dos acadêmicos sobre a possibilidade de constituição familiar por casais homoafetivos.

1. Definição de orientação sexual

Dentre os 5 alunos entrevistados do 1º período, verifica-se que apenas 1 aluno definiu adequadamente o termo orientação sexual.

“Orientação sexual para mim é o direcionamento que o indivíduo tem em relação ao gosto dele, [...] se é heterossexual ou homossexual... nesse sentido!” (1º Período)

Todos os alunos do 9º período conseguiram definir o termo orientação sexual, apesar de não terem usados os mesmos termos técnicos. As definições apresentadas pelos alunos foram as seguintes: homoafetividade como uma questão de identificação, sentimento, interesse, gostos ou preferência sexual.

“Óh... eu definiria esse termo orientação sexual a partir dos próprios pensamentos e gostos de uma pessoa tem pela outra né? [...] um sexo gostar do mesmo sexo por exemplo, a partir do sentimento que essa pessoa tem se é recíproca ou não. É... essa orientação que

eu entendo vai mais pra esse sentido mesmo né? [...] essa identificação com a pessoa do mesmo sexo ou sexo oposto” (9º Período)

De acordo com as respostas das entrevistas acima, percebe-se que a maioria dos alunos do 1º período, não conseguiu definir o termo orientação sexual, uma vez que suas respostas estão fundamentadas no senso comum. Uziel (2007) diz que a expressão pública sobre homossexualidade costuma ser marcada por estereótipos tal como a promiscuidade. Em relação aos alunos do 9º período, verifica-se que os mesmos contemplaram uma definição do termo, porém não tão precisa quanto esperávamos, ressaltando que possuem uma bagagem teórica maior que os ingressantes do curso. As definições verbalizadas apreciam a orientação sexual como uma identificação pessoal com alguém do mesmo sexo (homossexuais), do oposto (heterossexuais), de ambos (bissexuais) ou de nenhum sexo, confirmando a definição de Dias (2006).

Verifica-se que 4 dos alunos entrevistados do 1º período e 2 do 9º ao tentar definir o termo, traziam consigo a causalidade da homoafetividade, embora não seja este o foco do nosso trabalho. Dentre elas estão a homoafetividade como uma escolha, uma patologia, um aprendizado, uma opção como consequência de alguma situação enfrentada, e algo com traço genético.

2. Definição de família

No que se refere à definição de família, os entrevistados do 1º período conceituaram o termo como sendo: família tradicional, formada através dos laços consangüíneos; família como um grupo social que tem o papel de educador; e uma relação de confiança, referência.

“Família é um conjunto de pessoas, né?... uma comunidade, geralmente formada por pai, mãe e filhos, né?... essa é a família correta, é a família inclusive que a gente tem nos moldes, de acordo com a bíblia que eu entendo, de acordo com a palavra de Deus e de acordo também com tudo aquilo que a gente já viveu até hoje [...]” (1º Período)

“[...] família que passa valores para os filhos, valores educacionais, valores comportamentais, etc...” (1º Período)

“Olha família para mim, engloba tudo sabe?... Em relação ao amor, o respeito com o outro e até aquela base pra gente tá agüentando o que é hoje. Entendeu... agüentando é... o dia a dia, essa situação. [...] Família são pessoas que dão base pra outras, assim vai intercalando uma com a outra” (1º Período)

Em função das entrevistas citadas acima, percebe-se que a definição de família não é unânime entre os estudantes. De acordo com Uziel (2002), as famílias não são iguais, não existe um modelo de família definido. A família é um processo histórico, ela vai sendo construída de várias formas, recebendo então valores diferenciados.

Nenhum dos entrevistados definiu como família aquela constituída por pessoas do mesmo sexo. Conforme Uziel (2007), a naturalização da família possui raízes biológicas, o que dificulta a abertura de espaço para as novas configurações.

Quanto à concepção de família dos entrevistados do 9º período, as respostas foram as seguintes: família como uma questão de identificação; convivência de um grupo de pessoas ligadas por laços consangüíneos – tradicional; família como um lugar de socialização, onde vão ocorrer as maiores trocas afetivas.

“Família pra mim... é um conceito hoje em dia bastante amplo né?... você pode ter família assim composta por um pai, né? só por uma mãe, ou por ambos, ou pela avó, pela tia, pela bisavó. Eu acho família é a questão assim, é... se trata mais a questão assim, de identificação mesmo, de união né?... de uma pessoa ali tá correspondendo aos desejos né?, as vontades [...] no mais é isso, é união, é uma corresponder a outra, é tá junto ali, e esse tipo de coisa” (9º Período)

“Oh, boa pergunta... família para mim é aquela formada através do modelo de família tradicional [...]” (9º Período)

“Oh, eu tenho uma concepção de família, que eu penso ser um pouco abrangente, família não se restringe a pai, mãe e filho, mas sim um convívio de pessoas de forma harmônica” (9º Período)

Conforme Prado (1984), ao mesmo tempo em que o termo família indica uma unidade óbvia para todos é difícil definir conceitualmente as inúmeras possibilidades que esta palavra engloba. Normalmente, as pessoas definem a partir da realidade que vivenciam e generalizam tal definição na tentativa de tornar universal seu significado, como percebemos nas entrevistas anteriores.

3. Posicionamento em relação à nova constituição familiar por casais homoafetivos

Verifica-se que dos 5 alunos entrevistados do 1º período, a maioria não é favorável a nova constituição familiar por casais homoafetivos.

“Eu sou totalmente contra, né?... eu não concordo com isso, eu acho que a gente fere princípios até mesmo bíblicos, que a gente tem vivido até hoje, e... o ser humano ele é masculino e feminino né?... para que se hajam filhos é preciso haver a união entre o sexo masculino e feminino, a gente nasce dessa forma, então eu não concordo de forma alguma” (1º Período)

“Não... eles não podem ter filhos, então tem uns que adotam, mas com que moral eles vão passar isso para os seus filhos, porque talvez tenha alguma moral, mas, como os dois são ambos do mesmo sexo, não tem aquela moral para educar do mesmo jeito que um pai do sexo diferente teria para educar uma criança. Eu acho que pode haver um distúrbio da criança pro lado também dos pais, acho que isso influencia o meio” (1º Período)

Apenas um dos alunos do 1º período se posicionou a favor, embora exista uma contradição na fala do entrevistado, onde demonstrou um preconceito em seu posicionamento.

“Eu acho diferente né?... porque ele não é aquele convencional, homem e mulher, então eu acho diferente... mas, nada contra, eu acho que do mesmo jeito que podem constituir famílias com homem e mulher, podem sim, também constituir família com homens e só com mulheres, porque... vai dá opinião de cada um, si a pessoa gosta de homem sendo homem fazer o que? É... isto” (1º Período)

A naturalização da família heterossexual foi um fator recorrente entre os alunos do 1º período, que se mostram desfavorável o novo arranjo familiar constituído por casais homoafetivos. Outro motivo que justificou a opinião desfavorável é referente à possibilidade de os pais homoafetivos influenciar negativamente a personalidade da criança, pela crença de que a mesma não poderia identificar entre os papéis devido ao fato de serem educada por duas pessoas do mesmo sexo. É pertinente ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia (2005), esclarece alguns pontos importantes relacionados às normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, sendo preciso estar isentos de preconceito, discriminação e estigmatização em relação às pessoas homoafetivos.

Dos 5 alunos entrevistados do 9º período, todos relatam ser favoráveis a possibilidade da nova constituição por casais homoafetivos.

“[...] é possível, eu acredito que seja possível, [...] acho que isso não interfere, porque educação é particular, cada um acredita nessa coisa de valores, por exemplo de certo e errado, quem define é a gente, [...] é o sujeito mesmo que define, então esses valores que cada um tem seja em casais de homoafetivos por exemplo, é... eles vão ter os valores deles” (9º Período)

De acordo com a análise dos alunos do 9º período, percebe-se que todos são favoráveis. No entanto ao longo das entrevistas verifica-se certas contradições no entrevistado 1 e 2, que eram favoráveis como apontado na seguinte análise. Tais contradições dizem respeito às crenças, aos valores e preconceitos que emergem em relação ao tema novo.

Entrevistado 1: “[...] Enquanto questão religiosa essa prática é condenada, essa questão de penalização de ver que a questão homossexual tá errado, no aspecto profissional, falando em um aspecto mais amplo, eu acho que não teria problema algum. [...] Dependendo da circunstância sou a favor” (9º Período)

Nesse momento, um dos alicerces que sustentam a opinião de alguns dos entrevistados é de cunho religioso. Percebemos que a religião foi um fator apresentado tanto por um entrevistado do 1º período quanto um do 9º. Considera-se que a homossexualidade ainda é vista, pela maioria das religiões, como atitude e prática anormal, incorreta pecaminosa.

Como futuros profissionais da psicologia, até que ponto é possível separar questões éticas das questões religiosas?

É importante ressaltar que o código de ética (2005) preconiza que o Psicólogo precisa ter uma formação que amplie seu conhecimento acerca das modificações ocorridas na sociedade contemporânea. Portanto, sendo relevante uma postura de neutralidade onde valores e princípios sejam isentos em sua atuação profissional.

Entrevistado 2: “[...] penso eu que poderia numa boa, é filhos serem criados por casais homoafetivos desde que eles consigam viver e educar bem essa criança” (9º Período)

De acordo com a resposta acima, seria possível considerar um posicionamento favorável, se justificando pela condição do casal homoafetivo saber educar uma criança? E os casais heterossexuais, têm essa garantia?

Os resultados das categorias abaixo, diz respeito somente aos alunos do 9º período do curso de Psicologia. Em função dos mesmos já estarem em processo de finalização do curso.

4. Abordagem no curso de Psicologia sobre os temas homoafetividade e família

Segundo a maioria dos alunos do 9º período, o curso de psicologia aborda o presente tema através de: estudos de teorias da psicologia e psicanálise, como a comportamental e existencial; seminários e trabalhos acadêmicos em algumas disciplinas. Mas, segundo eles, o tema poderia ter sido abordado com maior profundidade nas disciplinas e entre os professores.

“Foi abordado da seguinte forma... as percepções da psicanálise, então dentro da sala de aula, eu tive a professora né?... que falava disso na abordagem da psicanálise, mas que na hora que ela abordava sobre o tema, porque ela trouxe pra gente o papel da família tradicional, mas tradicional no sentido de quando evoluiu, de séculos atrás e como foi vindo a construção de família e as percepções de família de hoje[...]” (9º Período)

No entanto, 1 aluno relata ter pesquisado por curiosidade própria, como comprova a fala abaixo:

“Oh, eu não lembro de ter sido abordado com a profundidade em nenhuma disciplina não, eu li por curiosidade em alguns sites, livros e textos, mas em sala de aula não foi discutido com muita intensidade [...]” (9º período)

5. Interferência do curso de Psicologia na percepção dos acadêmicos sobre a possibilidade de constituição familiar por casais homoafetivos

As respostas dos acadêmicos do 9º período foram unânimes, no que diz respeito à interferência do curso em sua percepção sobre a possibilidade de constituição familiar por casais homoafetivos.

“Eu já falei, modificou né? ...[...] mudou bastante sim, meu pensamento sobre, inclusive eu tive até vontade, tenho, né?... si tiver a oportunidade de uma tese de mestrado, tentar fazer um estudo de caso, algo do tipo assim, uma pesquisa com as pessoas homoafetivas, eu tenho muito interesse nessa área, bastante interesse mesmo” (9º período)

“Melhorou a minha compreensão, então eu acredito que eu estou com a qualidade e atitude mental melhorada depois que eu participei do curso, tendo de um modo ou de outro os professores, eles procuram respeitar essa situação e mostrar que nós temos os caminhos e vertentes diferentes, podemos caminhar por novos vieses nessa vida” (9º período)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar-se essa pesquisa, verificamos ao longo da revisão de literatura que a família é um processo histórico, no qual vai sendo construída de várias formas, costumes e época, recebendo então valores diferenciados. Portanto, tais mudanças atendem aos avanços da

vida moderna, acompanhando as transformações vividas pela sociedade, dentre elas, a constituição familiar por casais homoafetivos.

Verificamos que a percepção dos acadêmicos do 1º período do curso de Psicologia sobre a possibilidade de constituição familiar por casais homoafetivos é desfavorável pela maioria dos entrevistados, sendo que do 9º período, todos são favoráveis, no entanto verifica-se certas contradições no posicionamento de dois entrevistados. Ao comparar os alunos ingressantes com os alunos formandos, percebemos que durante o curso de psicologia houve interferências na percepção dos mesmos. Pois, os alunos ingressantes, iniciam o curso impregnados de valores e crenças no que dizem respeito à homoafetividade e família. Já os alunos do 9º período ao estarem em processo de finalização do curso, parecem ter desenvolvido uma posição de neutralidade, buscando uma isenção de seus valores e princípios estão em sua atuação profissional. Verifica-se que a psicologia, enquanto profissão e ciência exerce influência nas concepções dos sujeitos. Dessa forma, compreender a percepção dos estudantes sobre a homoafetividade, bem como os argumentos evocados para respaldar seus valores mostra-se relevante, pois estes influenciam de certa forma, o direcionamento de suas práticas, visto que, apesar de sua posição informada sobre os fenômenos humanos, a neutralidade e a objetividade absoluta são improváveis nas intervenções dos profissionais da área.

Ao analisar os resultados, percebemos em algumas entrevistas aspectos que apontam para questões religiosas. Dessa forma seria importante verificar através de uma pesquisa, até que ponto os aspectos religiosos interferem na prática do profissional de Psicologia? Seria possível fazer essa separação?

Segundo os alunos do 9º período, o curso poderia ter abordado melhor o tema homoafetividade e família. Seria possível e importante para a formação de um estudante de Psicologia que o curso oferecesse disciplina específica que falasse do presente tema? É importante ressaltar, que esta pesquisa foi realizada apenas com estudantes de um curso de Psicologia, e os resultados dizem respeito à visão dos alunos nestas circunstâncias. Uma possibilidade para confirmar os resultados desta pesquisa seria replicá-la em outras instituições e com profissionais da área para verificar se os mesmos teriam uma visão diferenciada acerca dos fenômenos apresentados.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. ed. 70. São Paulo: Martins Fontes. 1979, p. 42.
- BELTRÃO, Pedro Calderan. **Sociologia da família contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1970. p.17-41, 182 p.
- BILAC, Dória Elisabete. **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: EDUC: Cortez, 2006. 122 p.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CABRAL, Álvaro; NICK, Eva. **Dicionário técnico de psicologia**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 331 p.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. 7º ed. São Paulo: Cortez. 2006. Cap. 01, p. 15.
- Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1993.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo** Disponível em: http://www.crprj.org.br/noticias/cod_etica_novo.pdf>. (2005) Acesso em: 04 de Novembro de 2008.
- COSTA, Tereza Maria Machado Lagrota (2006). **Adoção por pares homoafetivos: uma abordagem jurídica e psicológica**. Disponível em: http://www.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_10005.pdf>. Acesso em: 19 set. 2008
- DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual – O preconceito e a justiça**. Livraria do Advogado, 3. ed. Porto Alegre.2006
- DORIN, E. **Dicionário de psicologia: abrangendo terminologia de ciências correlatas**. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 300p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família: da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Global, 1984. 237p.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo, SP: Editora da Unesp. 1993.

GIRARDI, Viviane. **Famílias contemporâneas, filiação e afeto: a personalidade jurídica da adoção por homossexuais.** Livraria do Advogado Ed., Porto Alegre: 2005.

GUEDES, Patrícia Mendes. **Cartas de psicanálise.** Ano 2. Volume 01, Dez 2007, p. 90 – 95.

Mello, L. **Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil.** Cadernos Pagu, 24(1), 197-225. (2005)

MYERS, D. **Introdução à Psicologia Geral.** Rio de Janeiro: LTC, cap: 12, p. 266, 1999.

MORRIS G. Charles e MAISTO A. Albert. **Introdução a Psicologia.** 6. ed. São Paulo: 2004. 551 p.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 91p.

PRADO, Danda. **O que é família.** 7º ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 92p.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: FALCÃO, Maria do Carmo; SZYMANSKI, Heloisa. **A família contemporânea em debate.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 07, p. 73.

SARTI, Cynthia A. **A família contemporânea em debate.** . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 04, p. 39.

UZIEL, Anna Paula. **Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas.** Campinas, SP, 2002. Cap. 01, p. 10.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 224.